

# Abreu adverte para resistência

**BRASÍLIA** — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, advertiu, ontem, durante reunião do ministério no Palácio do Planalto, para as resistências que o programa de austeridade, do governo, configurado no Orçamento Geral da União para 1989, deverá enfrentar. Convocada pelo presidente José Sarney, a reunião teve o objetivo de anunciar a seus ministros as providências que serão tomadas para adequar as despesas da União à nova partilha de tributos definida pela Assembléia Nacional Constituinte. A reforma tributária, que será ainda votada no segundo turno, mas não corre o risco de ser rejeitada, repassa para os estados 17,59% da arrecadação do governo federal em 1989, o equivalente a Cz\$ 664 bilhões.

Conforme Abreu, as providências necessárias para garantir o resultado favorável no combate à inflação e ao déficit público “encontrarão resistência na inércia dos valores administrativos, no sentimento corporativo que grassa na administração pública brasileira e em interesses políticos localizados”. O ministro também anunciou que serão necessárias “medidas adicionais na área tributária”.

**Inflação** — O ministro abriu seu discurso lembrando que “a redução do déficit público é condição indispensável ao êxito da política de combate à inflação. Acrescenta que o “sucesso da política

antiinflacionária é que tornará possível suplantiar os desequilíbrios macroeconômicos que inibem os investimentos, possibilitando a retomada do desenvolvimento”.

Pela exposição de João Batista de Abreu, as metas de redução do déficit vêm sendo alcançadas. Foi de 5,5% do PIB no exercício de 1987, e o programa pretende reduzi-lo para 4% em 1988 e 2% em 1989.

**Receita** — Ao abordar a reforma tributária definida pela Assembléia Constituinte, Abreu disse que a receita líquida da União, que havia atingido valores em torno de 9% do PIB no início da década de 70, deverá chegar a 4,7% do PIB em 1989. Ao mesmo tempo, a carga tributária líquida total caiu de mais de 17% do PIB, no início da década de 70, para aproximadamente 12% nos anos 80. Segundo o ministro, “as causas dessa queda foram os aumentos dos juros internos, subsídios e incentivos fiscais, além da redução da receita bruta da União.

“Quanto aos gastos com pessoal e encargos sociais”, disse Abreu, “cumpre acrescentar que o aumento real dos salários — especialmente a partir do segundo semestre de 1987 — pressionou fortemente as despesas da União e só não se tornou mais grave em virtude da suspensão do pagamento das antecipações salariais.”